



O ESPAÇO CURRICULAR DAS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ANALISANDO PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO E PLANOS DE DISCIPLINA

THE CURRICULAR SPACE OF ETHNIC-RACIAL DISCUSSIONS IN TRAINING IN PHYSICAL EDUCATION: ANALYZING PEDAGOGIC COURSE PROJECTS AND SUBJECT PLANS

 <https://orcid.org/0000-0003-0790-6916> Fábio Soares da Costa^A
 <https://orcid.org/0009-0003-4428-9176> Leonardo de Moura Maciel^B

^A Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil

^B Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil

Recebido em: 26 fev. 2023 | **Aceito em:** 17 jul. 2023

Correspondência: Fábio Soares da Costa (fabiocosta@ufpi.edu.br)

Resumo

Percebe-se, no Brasil, uma crescente discussão étnico-racial que tem promovido mudanças legislativas, estruturais e curriculares na formação de professores e na Educação Básica. Todavia, na área da Educação Física, essa discussão tem sido secundarizada e reduzida a pontualidades transversais. Esse contexto instigou a reflexão sobre onde se localizam os espaços de discussões étnico-raciais no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Por isso, o objetivo deste estudo é compreender o espaço destinado às discussões das relações étnico-raciais no planejamento curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI, adotando como marco temporal/documental os dois últimos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), 4 (2012) e 5 (2018), e seus respectivos planos de disciplina. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva. Ao analisar os projetos e planos, encontrou-se referências e citações abrindo espaço para discussões sobre a temática, no entanto, verificou-se que esse espaço é reduzido e discreto, caracterizando uma ausência significativa. Deste modo, conclui-se que existe um pequeno espaço explorado pelas questões étnico-raciais dentro do planejamento curricular para a formação docente em Educação Física da UFPI, sendo necessária, por isso, uma mudança de paradigma curricular, sobretudo em atenção aos dispositivos legais que já preveem a obrigatoriedade dessas discussões na Educação Básica, como a Lei n. 10.639/03. Assim, as reflexões desse estudo direcionam o pensar para a mudança curricular na formação docente em Educação Física que privilegie a valorização da diversidade cultural e o debate sobre as relações que a Educação Física mantém com as discussões étnico-raciais no Brasil.

Palavras-chave: Currículo; Educação Física; Étnico-racial; Formação docente; Lei n. 10.639/03.

Abstract

In Brazil, there is a growing ethnic-racial discussion that has promoted legislative, structural and curricular changes in teacher training and basic education. However, in the area of Physical Education, this discussion has been sidelined and reduced to cross-sectional punctualities. This context prompted thinking about where the spaces for ethnic-racial discussions are located in the Degree in Physical Education at the Federal University of Piauí (UFPI). Therefore, the objective of this study was to understand the space destined to



the discussions of ethnic-racial relations in the curricular planning of the Degree in Physical Education course at UFPI, adopting as a temporal/documental framework the last two Pedagogical Course Projects (PPC), 4 (2012) and 5 (2018), and their respective discipline plans. It is a qualitative research of descriptive nature. When analyzing the projects and plans, references and quotations were found, opening space for discussions on the subject, however, it was verified that this space is reduced and discreet, characterizing a significant absence. Thus, it was concluded that there is a small space explored by ethnic-racial issues within the curriculum planning for teacher training in Physical Education at the UFPI, therefore, a change in the curricular paradigm is necessary, especially in terms of the legal provisions that already exist. provide for the obligation of these discussions in basic education, such as Law 10639/03. Thus, the reflections of this study direct thinking towards curricular change in teacher training in Physical Education that favors the appreciation of cultural diversity and the debate on the relationships that Physical Education maintains with ethnic-racial discussions in Brazil.

Keywords: Curriculum; Physical education; Ethnic-racial; Teacher training; Law 10.639/03.

Introdução

*Sociedade que não entende a vida de quem mora no
escuro. (...) A gente fica perguntando quem está do
nosso lado?... RESISTÊNCIA
Preto Kedé*

Ao longo dos últimos anos, percebeu-se um aumento do número e da qualidade de publicações acadêmicas, bem como das discussões científicas sobre as relações étnico-raciais no âmbito escolar. O parecer CNE Nº 03/2004, discorre que

A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial [...] capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 20).

Antecedente ao parecer, começou a vigorar a Lei n. 10.639/2003 (BRASIL, 2003) que estabelece a obrigatoriedade dos conteúdos referentes à história da África e à cultura afro-brasileira nos componentes curriculares dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Posteriormente, a Lei n. 11.645/2008 (BRASIL, 2008) tornou o conteúdo indígena obrigatório nos componentes curriculares nos ensinos fundamental e médio. Essas políticas públicas são vistas como “ações afirmativas”, que constituem “[...] conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de

tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória” (BRASIL, 2004, p. 04).

Mesmo com as previsões legais para a promoção e modificação do quadro excludente, o ensino de conhecimentos sobre a história e cultura negra na Educação Física brasileira ainda tem sido relegado a um plano secundário e, por vezes, reduzido à presença dos temas e conteúdos selecionados para as aulas desse componente curricular (MENDONÇA; FREIRE; MIRANDA, 2020).

Esse entendimento justifica-se pelo fato da Educação Física brasileira ter sido implementada e destacada em período de governos militares que, inicialmente, priorizavam o ensino da ginástica europeia como forma de aprimoramento físico e aspirando à formação física, moral e mental dos indivíduos (SOARES *et al.*, 2012). Após algumas décadas, sob influência europeia, o esporte passa a ser o conteúdo predominante da Educação Física, abordado de forma tecnicista e acrítica dentro dos estabelecimentos educacionais (SOARES *et al.*, 2012).

Por meio desse contexto histórico, observa-se a predominância eurocêntrica dos conteúdos e práticas corporais desenvolvidas durante a história da Educação Física brasileira. No entanto, essa área é entendida por Messias *et al* (2019) como sendo não só a área do corpo e do movimento, mas também aquela que trata do ser humano nas suas manifestações culturais, proporcionando um reconhecimento das diversidades culturais, assim como as semelhanças e diferenças entre elas.

Nessa perspectiva de entendimento, Pomin e Café (2020, p. 5) acrescentam que:

A educação física é vista como transformadora, pois permite as primeiras experiências corporais conscientes das crianças por meio das práticas mediadas vivenciadas na escola e que possibilita a conexão com temas urgentes da contemporaneidade, dentre esses temas estão a prática do racismo e a superação desse comportamento.

A escola deve ser compreendida como espaço de formação do cidadão crítico, autônomo, reflexivo, sensível e participativo (DARIDO *et al*, 2001, p. 22). Por oportuno, resgata-se os Parâmetros Curriculares Nacionais ao observar que, neles, os currículos eram orientados para a formação cidadã, objetivando a capacidade dos aprendentes em participar de atividades corporais adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade (BRASIL, 1998).

Apesar de ser um documento orientador na elaboração curricular que privilegia o ato de conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações da cultura

corporal, como “[...]; conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos [...]” (BRASIL, 1998, p. 55), é uma construção eurocentrada, que traz novas discussões, movidas sobretudo pelo reconhecimento das diversidades como força política crescente subsequente à redemocratização do Brasil. Não obstante, essa eurocentração nos documentos orientadores da educação nacional tem se perpetuado, como ainda se vê na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na luta por uma educação promotora de equidade e que combata o racismo, surge o conceito de educação descolonizada, que é entendida por Pomin e Café (2020) como sendo a educação que promove a ruptura com os interesses do atual padrão da sociedade: capitalismo, colonialismo e patriarcado. É uma prática pedagógica com um currículo voltado para a pluralidade e para a diversidade; e uma educação que tensiona o eurocentrismo e propõe a diversidade epistêmica. Para que esse modelo de educação ocorra na prática, é necessária a mudança dos currículos. Apesar disso, atualmente, os currículos ainda se encontram permeados de práticas sectárias, eurocêtricas e que ainda resistem à pluralidade cultural e/ou reconhecimento da necessidade de ampliar/estender discussões que considerem questões étnico-raciais. Para melhor compreender essa conjuntura, também defende-se que

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

Ao refletir sobre a educação, a partir de uma perspectiva mais ampla, sobretudo considerando todos os seus níveis e processos de aprendizagens e formação, evidencia-se que as mudanças curriculares não devem se restringir ao âmbito da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Essa mudança deve ocorrer, também, na formação de professores que logo estarão aptos a planejar, selecionar e ministrar os conteúdos da base curricular. Quanto a esta questão, a professora Iolanda de Oliveira, em entrevista à Revista Teias, discorre:

Como sabemos, é o ensino superior que forma o profissional para Educação Básica. Então, esses currículos também devem ser alterados. E, além disso, a gente pensa em todos os cursos de graduação, porque na Resolução n. 1 há referência a instituições de ensino superior para que adotem o conteúdo do Parecer 3 de 2004, em todas as disciplinas de todos os cursos que ministram. O Parecer faz referência não somente aos cursos de Licenciaturas, mas a todos os cursos de graduação. (OLIVEIRA, 2013, p. 192).

Nos cursos superiores de formação profissional e de professores, o Projeto Pedagógico de Curso - PPC é definido como uma construção e fruto de gestão coletiva, que deve abranger os princípios: da autonomia institucional; da articulação entre ensino, pesquisa e extensão; da graduação como formação inicial e da formação continuada; da ética pessoal e profissional; da ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento; da abordagem interdisciplinar do conhecimento; da indissociabilidade entre teoria e prática, por meio da prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares; e da articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Esses princípios, em tese, também fundamentam as competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica, definidas como concepção nuclear do processo de formação. Assim, devem propiciar o domínio dos conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da área e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos de acordo com uma sociedade de caráter plural e democrática (HUNGER; ROSSI, 2010, p. 172).

No entanto, ainda que esse processo de mudança curricular esteja em desenvolvimento, muitos professores da academia parecem não acompanhar, ou até mesmo, contribuir para essa mudança, pois

A discussão e a inclusão da diversidade cultural e étnico-racial na formação de professores(as) participam desse processo tenso. Dentro de contexto mais amplo, o enfoque específico sobre o segmento negro da população enfrenta uma situação, no mínimo, peculiar: os(as) próprios(as) formadores(as) de professores(as) revelam total desconhecimento sobre os processos educativos implementados pela comunidade negra, bem como sobre as diferentes formas e níveis de inserção dos negros na educação escolar, ao longo da história da educação brasileira. Processos que não são uniformes e sofrem variações no tempo e no espaço (GOMES, 2008, p. 98).

Por isso, a formação do professor, em suas diversas ordens (cultural, epistêmica, técnica, política e social, por exemplo), é contingenciada pela historicidade de um ensino de base eurocentrada. Vivencia-se um percurso desigual de acesso (ou a falta de acesso) à educação formal, à ocupação dos postos de trabalho pedagógico e nos espaços de poder educacional. Essa construção educacional do país produziu uma relação em que os que formaram os formadores de hoje ainda traziam consigo substantiva carga teórico-metodológica eurocêntrica, produzindo efeitos que perduram na formação contemporânea.

Essa contextualização evidenciada ensejou a necessidade da realização de um aprofundamento investigativo sobre a temática. Assim, inicia-se o percurso desta pesquisa

com um questionamento norteador: se a Educação Física tem a função social de formar cidadãos que respeitem e valorizem as diversidades étnico-raciais e culturais, onde se localizam os espaços de discussões étnico-raciais dentro dos cursos de formação de professores e, especificamente, no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Piauí (UFPI)?

Foi a partir dessa questão-problema, matriz da investigação, que se intenta, com esta pesquisa, responder a mais três questões: como as discussões étnico-raciais se apresentam nos PPCs do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI? Houve uma evolução acerca do tema ao longo do tempo, ou seja, com as mudanças de currículo? Os conteúdos e as discussões relacionados às questões étnico-raciais previstas nos PPCs e nos planos de disciplina do curso são aplicados na prática?

Com o propósito de responder a essas questões, esse estudo foi desenvolvido, sobremaneira, com a finalidade de observar os espaços das discussões étnico-raciais existentes dentro do curso por vias de uma pesquisa documental envolvendo a análise dos projetos pedagógicos de curso 4 (2012) e 5 (2018), e dos planos das disciplinas desses currículos ofertadas durante o curso.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo geral compreender o espaço curricular destinado às discussões das relações étnico-raciais no planejamento curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI, adotando como marco temporal/documental os dois últimos projetos pedagógicos de curso e seus respectivos planos de disciplina.

Procedimentos metodológicos

Caracterização da pesquisa

A estudo desenvolvido considerou os seguintes aspectos metodológicos: é uma pesquisa de cunho qualitativo, pois considera haver uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos – escritos, inclusive – e a atribuição de significados a esses fenômenos são básicos nas pesquisas dessa natureza.

Além disso, é uma pesquisa descritiva, sendo que a análise dos dados se deu indutivamente, com foco nos processos e seus significados como foco principal de

abordagem. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. Também, é uma pesquisa documental (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

A coleta de dados

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de agosto e novembro do ano de 2021. Foram analisados os seguintes documentos: Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e planos de disciplinas do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI.

Para dispor desses documentos para análise, foi elaborado um memorando requerendo acesso ao material de pesquisa, destinado à Chefe do Departamento de Educação Física da UFPI, datado de 29/9/2021. Ao recebê-lo, a gestora prontamente atendeu à demanda, com o envio das cópias digitais dos PPCs de número 4 e 5 do referido curso.

O Projeto Pedagógico de Curso de número 4 foi construído no ano de 2012, quando a Educação Física já carecia de mudanças e de atualização curricular. O PPC foi construído a partir da crítica da realidade educacional, procurando articular as dimensões: filosófica, histórica, psicológica, sociológica, antropológica, científica e metodológica da *práxis* educativa. O currículo estava comprometido com compreensão e explicitação da realidade educacional do Piauí em suas vinculações históricas com os contextos regional e nacional. O PPC tinha como objetivos: 1) propiciar ampla formação cultural; 2) abranger a pesquisa como princípio educativo; 3) desenvolver o compromisso social da docência; e 4) propiciar a reflexão crítica sobre a formação do licenciado.

O Projeto Pedagógico de Curso de número 5 foi construído no ano de 2018, período em que houve a maior mudança curricular nacional, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propôs a constante busca pelo aperfeiçoamento do trabalho docente, estabelecendo mudanças nas estratégias e abordagens pedagógicas até então vigentes.

O PPC 5 direcionou-se à busca constante pela valorização do professor de Educação Física, e sua matriz curricular propôs uma formação docente proficiente, de forma que o egresso passasse a atuar no magistério de Educação Básica com uma formação pedagógica sólida, provida de ferramentas para a autogestão de sua formação continuada e permanente.

Esse PPC tem como características principais a conciliação entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando cada vez mais a produção de conhecimento científico-cultural entre os alunos da graduação, sobretudo pelo exercício da interdisciplinaridade e multireferencialidade, que são fenômenos educativos que integram saberes de várias áreas do conhecimento para convergir em uma, com a proposta de ser uma concepção curricular integrativa, entre teoria, prática, planejamento e ação.

Quanto aos planos de disciplina da grade curricular relativa a esses dois PPCs, ocorreram alguns problemas de ordem organizacional que impediram a disponibilidade dos documentos pelo Departamento de Educação Física da UFPI. Apesar disso, outra estratégia de acesso foi colocada em prática. Obteve-se o acesso aos planos de disciplina armazenados na base de dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFPI). Entretanto, alguns planos não estavam disponíveis nessa base de dados, apesar da obrigatoriedade de eles serem disponibilizados a cada semestre pelos professores. Assim, dos 130 planos (somando as disciplinas dos dois currículos, incluindo obrigatórias e optativas) passíveis de análise documental, 62 não puderam ser submetidos à investigação por falta de acesso documental.

A análise de dados

Os documentos foram organizados, sistematizados e analisados à luz da Análise Interpretativa (SEVERINO, 2007). Esse tipo de análise é composto por algumas etapas, aqui relacionadas: 1) interpretação das ideias específicas a partir de uma lógica geral, buscando entender as conexões e relações entre elas; 2) identificação de posicionamentos filosóficos, políticos, epistemológicos e fatores que os influenciaram na escrita analisada; 3) comparação com outras ideias semelhantes que podem ou não ter influenciado a escrita, permitindo a visualização de novas perspectivas sobre a temática; 4) crítica sobre o texto, que é avaliada sobre pontos de vista que envolvem a contribuição dos escritos e a eficácia dos métodos no alcance dos objetivos da pesquisa (SEVERINO, 2007).

Nesta pesquisa, a Análise Interpretativa dos PPCs e dos planos de disciplina teve como finalidade identificar espaços de discussão quanto às questões étnico-raciais relacionadas à pluralidade de conhecimentos específicos do campo da Educação Física. Contudo, também procurou: buscar significados, identificar pressupostos, explícitos ou implícitos, ditos e não ditos, presenças, ausências e hiatos curriculares que pudessem estabelecer relações entre o

conteúdo dos documentos e o tamanho/qualidade do espaço destinado às discussões étnico-raciais no planejamento curricular do curso de formação de professores de Educação Física da UFPI. Esse exercício possibilitou a construção de uma crítica curricular dos textos que culminou na construção de um ensaio/esforço reflexivo no sentido de amadurecimento pessoal, acadêmico e profissional deste pesquisador.

Resultados e discussão

Nos trilhos históricos de invisibilidade curricular das questões étnico-raciais

A análise documental dos PPCs 4 e 5, e dos planos de disciplina tornou possível a percepção dos seguintes aspectos sobre as discussões étnico-raciais no percurso formativo da Licenciatura em Educação Física da UFPI. O PPC 4 apresenta sensível ausência de conteúdos programáticos, prerrogativas, referenciais bibliográficos e quaisquer outras abordagens que levem em consideração as discussões étnico-raciais. Essa construção curricular de planejamento pedagógico é análoga e corrobora os resultados dos estudos realizados por Renata Righetto Jung Crocetta (2014), que buscou identificar os espaços das relações étnico-raciais nos currículos de Licenciatura em Educação Física em diferentes IES de um sistema de ensino.

Neste estudo, Crocetta (2014) identificou que, na maioria dos cursos investigados, havia a ausência de discussões, textos, conteúdos programáticos e planejamentos que versassem sobre o tema. Em tese, a autora mostrou que aquele contexto curricular foi constituído pela falta de informação sobre as legislações vigentes, entretanto, quando os coordenadores de cursos foram inquiridos sobre as especificações das leis vigentes que tratavam sobre o tema, apresentaram conhecimento significativo sobre seu teor, objetivo e prático, demonstrando, assim, conhecimento da legislação e a relevância da abordagem da temática nos currículos.

Em consonância com os achados da pesquisa de Crocetta (2014), Gomes (2019, p. 97) diz que:

Lamentavelmente, nas faculdades de educação do País, não será difícil constatar a existência de uma estrutura curricular que sequer inclui o debate sobre as demandas históricas dos movimentos sociais pela educação. As análises presentes nas diferentes disciplinas curriculares dos currículos de licenciatura e pedagogia ainda tendem a privilegiar os conteúdos, desconectados dos sujeitos, a política educacional sob o enfoque único do Estado e seus processos de regulação, e as metodologias de ensino sem conexão com os complexos processos por meio dos quais os sujeitos aprendem.

Em estudo recente, Gomes (2019) explica que os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer os saberes e conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais e setores populares que estão diretamente ligados à realidade vivida pela maioria. No contexto atual, a educação brasileira segue a lógica mercantil e a racionalidade científico-instrumental. Desse modo, os saberes desenvolvidos pelos movimentos sociais são substituídos por sua não existência, isto é, ausência.

O PPC 4 projeta como futuro profissional de Educação Física aquele professor que irá contribuir para o desenvolvimento de uma formação cidadã. Esse é o mesmo entendimento que Soares *et al* (2012) possuem ao evidenciar que cabe ao professor de Educação Física formar o cidadão crítico e consciente da realidade social em que vive para que este possa intervir sobre essa realidade. Assim, percebe-se que as discussões étnico-raciais já deveriam ocupar um espaço maior e mais qualificado no PPC 4. Não obstante, verifica-se, ainda, a invisibilidade pujante da temática nas práticas de planejamento e de formação da docência em Educação Física da UFPI.

Neste PPC 4, observa-se, em alguns planos de disciplina, referências ainda tímidas quanto às discussões sobre as relações étnico-raciais na formação docente em Educação Física. Especificamente, as disciplinas “Lutas em Educação Física” e “Futebol I” trazem aspectos referentes a uma superficial e possível discussão sobre a temática.

Ao analisar o plano de disciplina de “Lutas em Educação Física”, observa-se a presença da capoeira como a temática que referencia o tema. Crocetta (2014) destaca a importância do ensino da capoeira, sendo essa modalidade a promotora da visão ideológica e crítica sobre a história e contribuição do negro na sociedade brasileira. A prática da capoeira se manifesta na forma de jogo, dança e luta sem haver dissociação, fundamentando-se em manifestações culturais e corporais por meio da música, do ritual, da harmonia e do corpo.

Já a análise desenvolvida no plano de disciplina de “Futebol I” serviu para observar a tematização do negro no futebol como aspecto relativo às questões étnico-raciais. Acredita-se ser relevante o saber construído durante a formação docente, sobretudo quando essas construções contribuem para o desenvolvimento de uma criticidade sobre as práticas corporais, neste caso, sobre o esporte futebol que é culturalmente enraizado no Brasil e que pouco se tem discutido quanto às relações de interesse político, econômico e simbólico desenvolvidas a partir dele.

Consoante a isso, Soares *et al* (2012) já defendiam a necessidade acerca do tema, pois, em um país como o Brasil, com diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas evidentes, é sintomático o esquecimento de tudo quando a bola começa a rolar em campo. Para os autores, o futuro professor deve possuir fundamentação técnica, política e didática para apresentar o que acontece por trás do “espetáculo”, por isso, acreditam que:

Ao trabalhar essas questões, o professor vai auxiliando o aluno a perceber o que ocorre por trás do campo, ou seja, nos meandros da administração/direção do futebol “show”, profissional. Perceber, também, o “jogo” que existe entre poder econômico e poder esportivo, assim como o uso da pessoa humana na busca do lucro. Nesse “jogo” há uma exacerbação do nível competitivo, onde os valores de natureza ética se perdem frente à busca da vitória a qualquer custo (SOARES *et al*, 1992, p. 72).

Após a análise do PPC 4, examinou-se o conjunto de planejamento curricular do PPC nº 5. Ao realizar uma busca no texto utilizando as palavras-chave “étnico-racial”, encontrou-se uma série de citações. Esse procedimento orientou o estudo exploratório do documento, sobremaneira, quanto à imersão nas partes em que havia referência ao objeto do presente de estudo. Nesta conjuntura, em comparação inicial entre os dois PPCs, evidencia-se mudanças de concepção curricular, assim como mais referências textuais em relação às questões étnico-raciais.

À luz do parecer do CNE N° 02/2015 (BRASIL, 2015), que estabelece a transversalidade dos conteúdos étnico-raciais em disciplinas como Estágio Curricular Menor, Dança, História da Educação Física, e Ética e Cidadania, resolveu-se recuperar o pensamento de Gomes (2012) sobre a transversalidade de temas das discussões étnico-raciais e a concepção curricular no ensino superior. Para a autora, essa transversalidade funciona como uma forma de inserir a temática social nos conteúdos tecnicistas, em que se acreditava que seria de certa forma “suficiente” para introduzir pedagogicamente questões que dizem respeito a posicionamentos políticos e ideológicos: na esfera dos preconceitos, discriminação e racismo, temas que tocam diretamente na subjetividade e no imaginário social e pedagógico.

A transversalidade trata da possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade), onde se liga teoria e prática ao mesmo tempo para poder compreender e aprender sobre essa situação. Para que isso aconteça de maneira correta é preciso propor ao aluno um ambiente de estudo sem discriminação de cor, raça e cultura, para que se possa construir identidades dentro do contexto de desigualdades (CARLOS *et al*, 2019, p. 81).

Essa investigação identificou um ponto importante de incongruência relacional. Detectou-se que, em alguns planos de disciplina, não são apresentadas, diretamente,

referências bibliográficas sobre a temática, mesmo que o PPC 5 e o ementário da disciplina tratem da temática de maneira transversal. Acredita-se que isso traz prejuízos para a formação docente e fragiliza o aporte teórico para o desenvolvimento de discussões da temática durante a disciplina.

Crocetta (2014) afirma que, mesmo com legislações vigentes e de caráter obrigatório, a temática tem sido inserida de forma tímida na formação docente universitária e ainda não se fortaleceu nos cursos de licenciatura. Percebeu-se isso quando se observou a reduzida produção científica sobre o assunto e a ausência dos conteúdos correlatados nos currículos de formação de professores.

A análise do PPC 5 foi pós-cedida do estudo dos planos de disciplinas vigentes deste currículo. Logo nas primeiras incursões sobre os documentos, observou-se que os planos de disciplina destoavam das orientações e ementários do PPC 5. Ou seja, percebeu-se que, mesmo que no PPC 5 houvesse previsão temática na ementa e referências bibliográficas relativas ao tema, ao se fazer a comparação dele com o plano de disciplina, não foi observada correlação.

Mais uma vez, constatou-se a ausência das discussões sobre a temática étnico-racial, porém, dessa vez, agravada por uma possível inobservância do professor da disciplina ou, até mesmo, um destrato com a temática. Foi possível observar isso nas disciplinas de História da Educação, Dança e Estágio Curricular do Ensino Fundamental Menor. Essa constatação é marcante e séria, pois o PPC como documento construído a partir de orientações de uma política educacional nacional é, conseqüentemente, um dos documentos norteadores do trabalho do professor, pois é fonte de consulta, debate e orientação para o planejamento das disciplinas curriculares.

Em seus estudos, Crocetta (2014) observou que há diferenças entre os currículos prescritos e os currículos reais – estes últimos estão associados à prática. A pesquisadora afirma que esses conteúdos podem ser trabalhados pelos docentes independentemente de estarem ou não previstos nos ementários de disciplina. Também, destacando que, na Educação Física, tal situação se agrava devido às resistências ao tema e à presença do racismo, herança histórica vivida nas fases iniciais da área/campo/ciência/disciplina, sobretudo pelas características higienistas e eurocênticas, caracterizadas pelo branqueamento racial e melhoria de raça.

Nas incursões exploratórias nesses documentos curriculares, identificou-se a ausência de conteúdo programático para tratar de questões indígenas e suas relações históricas e de herança das práticas corporais para a Educação Física. Para Eugenio e Santana (2018), existe, por parte dos docentes, um total desconhecimento sobre quem são e a qual etnia pertencem os indígenas de certas localidades do país. Há um desconhecimento e desinteresse da sociedade em geral para com os povos indígenas brasileiros, contexto que tem amplificado a invisibilidade dessas questões nos currículos de formação de professores. Para além dessa invisibilidade, quando o tema é apresentado para discussões, quase sempre tem sido relacionado à folclorização desses povos.

Segundo Silva (2014), grande parte dos conhecimentos produzidos na academia, assim como a imagem dos povos indígenas colocada em circulação social, estão intrinsecamente associados à visão de “índio” genérico, não vinculado a povo ou nação indígena específica. Nesse contexto discursivo, os grupos étnicos são sempre comparados a “tribos”, perpetuando uma visão ultrapassada, primitiva, equivocada e preconceituosa dos indígenas:

O pouco conhecimento generalizado sobre os povos indígenas está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico, vivendo nas chamadas “tribos”, visão a partir da perspectiva etnocêntrica e evolucionista de uma suposta hierarquia de raças, onde os índios ocupariam obviamente o último degrau da chamada “civilização”. (SILVA, 2014, p. 28).

O autor ainda reforça esse posicionamento, esclarecendo que a “[...] temática indígena e em geral como sempre ocorreu de forma folclorizada, baseada em pesquisas superficiais e evidenciando-se o exotismo cultural de um índio genérico o que contribui para a continuidade das desinformações sobre a situação em que vivem os povos indígenas no Brasil” (SILVA, 2014, p. 23).

Considera-se parte importante dessa investigação, a imersão desenvolvida no estudo dos planos de disciplina, pois foi por meio dessa exploração que atravessamentos puderam ser desenvolvidos quanto à pertinência, adequação e conexão curricular entre os dois tipos de documentação. Assim, percebeu-se que, tanto no PPC quanto nos planos de disciplina, foram utilizadas referências desatualizadas, principalmente para tratar de temas atuais.

No conjunto de referências bibliográficas básicas e complementares desses planos, constam materiais com mais de 30 anos da sua publicação (PPC 4: Futebol I: FILHO, Mário, Ed. O negro no futebol. Civilização Brasileira – RJ – 1964; Lutas em educação física: COSTA, Lamartine P. Capoeira sem mestre. São Paulo: Tecnoprint, 1989. Dança escolar: IDLA, Ernest. Movimento e Ritmo. São Paulo: Ibrasa, 1982; MEDALHA, JOSÉ. Voleibol.

São Paulo: E.P.U, 1973; PPC 5: Gestão esportiva e empreendedorismo: DAIUTO, Moacir. Apostila de organização desportiva. São Paulo: USP, 1980).

Defende-se que deveriam servir de referência bibliográfica, para o curso de uma disciplina, publicações atualizadas (com, no máximo, 10 a 15 anos da sua data de publicação). Assim, um número significativo de referências desatualizadas pode gerar equívocos teóricos e práticos na trajetória de formação docente inicial, sob pena de reproduzir velhas práticas, inadequadas e distantes da realidade social, política, econômica e epistemológica do estudante em formação.

Antes do início da coleta de dados, desenvolveu-se uma tese de que as disciplinas ditas da “educação” (Filosofia, Sociologia, Psicologia e História da Educação) teriam um referencial teórico de maior aproximação e identidade com o tema. Contudo, o desenvolvimento dessa investigação contrariou tal hipótese. Essa constatação foi feita quando da organização e sistematização de partes dos PPC 4 e 5, e de seus respectivos planos de disciplina em quadros sintéticos (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 – Aspectos discursivos de abordagem às questões étnico-raciais constituintes dos PPC 4 e 5 do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI, Teresina-PI, 2021.

Documento	Citação	Página
PPC 4	Propiciar ampla formação cultural.	7
	O Licenciado em Educação Física, com formação generalista, deverá ser formado para estudar, pesquisar, esclarecer e intervir profissional e acadêmica e não academicamente no contexto específico e histórico-cultural, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural de modo a atender as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/Movimento Humano.	8
	Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;	11
	Valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no profissional de Educação Física, atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;	14
PPC 5	Situar-se no momento histórico, reconhecendo suas potencialidades e limitações, assumindo compromissos éticos com a valorização dos profissionais da educação e a defesa da escola pública, bem como uma educação de qualidade socialmente referenciada;	19
	(HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ÉTICA E CIDADANIA) - Diversidades étnico-raciais e responsabilidade social do professor de Educação Física.	58
	(DANÇA ESCOLAR) - Estudo da linguagem expressiva desenvolvida pela dança como elemento universal das manifestações artísticas e culturais, e suas possibilidades na formação humana nas diferentes faixas geracionais, assim como discussões da dança nas diversidades de gênero e etnia.	64
	(ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I – ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL MENOR) - Planejamento de atividades práticas para alunos especiais, assim como o trabalho da inclusão quanto à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	78

Fonte: Pesquisa Direta, 2021.

Quadro 2 – Bibliografia de abordagem às questões étnico-raciais constituintes dos PPC 4 e 5 e planos de disciplina do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI, Teresina-PI, 2021.

Documento	Citação (Referências)
Sociologia da Educação	COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. Preconceito e discriminação para além das salas de aula: sociabilidades e cultura juvenil no ambiente escolar . Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 32-53, dez. 2015.
Sociologia da Educação	KABEMGELE, Munanga. (Org.) Superando o Racismo na Escola . 2. Ed. [Brasília] Ministério da Educação- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.
Futebol I	FILHO, Mário, Ed. O negro no futebol . Civilização Brasileira – RJ – 1964.
Lutas em Educação Física	DA COSTA SILVA, Paula Cristina. Capoeira e Educação Física –Uma história que dá jogo... primeiros apontamentos sobre suas inter-relações. Revista Brasileira de Ciências do Esporte , v. 23, n. 1, 2001.
Lutas em Educação Física	AREIAS, Almir das. O que é capoeira . 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
PPC 4	COSTA, Lamartine P. Capoeira sem mestre . São Paulo: Tecnoprint, 1989.
PPC 5	SILVA, José Milton da. A linguagem do corpo na capoeira . Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

Fonte: Pesquisa Direta, 2021.

Outro achado importante para as análises deste estudo é que as referências étnico-raciais, em sua totalidade, são apresentadas, nos planos de disciplina, na parte das referências complementares. “Essa secundarização da temática faz com que ela fique diluída dentro das disciplinas, apresentando somente uma pequena discussão acerca do tema, o qual não se torna atrativo e nem foca a necessidade dos debates étnico-raciais” (CROCETTA, 2014, p. 78).

Ainda, neste itinerário, ressalta-se que, ao comparar as disciplinas que antes previam em suas referências bibliográficas conteúdos que discutiam as questões étnico-raciais no PPC 4, com as disciplinas equivalentes do PPC 5, observa-se, na disciplina Futebol I, a ausência das referências relacionadas às questões étnico-raciais identificadas no currículo anterior. Assim, pode-se ensaiar uma avaliação negativa que apresenta um retrocesso quando se trata da importância de abordar, discutir e refletir nos currículos de formação de professores em Educação Física a temática das relações étnico-raciais.

Retrocessos e avanços possíveis: apontamentos de mudança das sombras para a ementa

Considerando uma perspectiva mais ampla, percebe-se que, no processo de atualização curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI (PPC 4 para PPC 5) houve uma ampliação dos espaços de discussão das relações étnico-raciais durante o percurso

formativo docente. Por meio das vivências, experiências formativas e do estudo aqui desenvolvido, visualiza-se que essas discussões no curso de Educação Física da UFPI foram se tornando mais visíveis.

Não obstante a esta observação, algumas barreiras ainda obstaculizam o caminho reflexivo para que as discussões sobre as relações étnico-raciais deixem de margear ou, mesmo, para que se apliquem de fato, que saiam das sombras do preconceito acadêmico-científico e passem a ganhar um novo significado na formação dos futuros docentes em Educação Física. Ancora-se nos ditos de Gomes (2008), quando defende que, além da mudança e evolução dos currículos, é na formação continuada que se encontra uma possível mudança de pensamento e embasamento para os docentes superarem as lacunas deixadas durante sua formação docente.

Acredita-se que as discussões sobre essa temática no ambiente acadêmico e de formação docente em Educação Física podem ser ampliadas – de diversas formas. Nos estudos de Pomin e Café (2020), foram observadas as possibilidades de trabalho da temática por meio de jogos de tabuleiro, dança, luta e jogos orientais, africanos, indígenas e afro-brasileiros. Em suas investigações, observou-se a maior diversidade no eixo da dança, que apresentou as vertentes da dança de urbana, brincadeiras rítmicas e expressivas, folclore infantil, danças folclóricas e populares e dança de salão, associando a esses conteúdos a valoração das diferenças sociais, culturais, regionais e raciais, e reconhecendo seu contexto histórico e sua contribuição para as questões socioculturais.

Nas disciplinas esportivas, é importante a inserção de temáticas étnico-raciais, sobretudo por conta do seu grande apelo dentro dos estabelecimentos educacionais e do cenário midiático no qual elas se encontram envolvidas. O futebol é um exemplo iconográfico, pois nele ainda se percebe muitas práticas racistas e homofóbicas entre jogadores, dirigentes e torcida. A contribuição que a abordagem desses assuntos pode oferecer ao processo de formação docente é imensurável, pois ao serem trabalhados em prol de tornar o esporte uma ferramenta de problematização e conscientização das grandes massas, prepara o futuro professor a compreender a importância da descolonização curricular.

Como aponta Soares *et al* (1992, p. 70):

O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido de esporte escola e não como o esporte “na” escola. Sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos códigos e

significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se lhe atribuem valores educativos para justificá-lo no currículo escolar. No entanto, as características com que se reveste — exigência de um máximo rendimento atlético, norma de comparação do rendimento que idealiza o princípio de sobrepujar, regulamentação rígida (aceita no nível da competição máxima, as olimpíadas) e racionalização dos meios e técnicas — revelam que o processo educativo por ele provocado reproduz, inevitavelmente, as desigualdades sociais. Por essa razão, pode ser considerado uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes defendidos para a “funcionalidade” e desenvolvimento da sociedade.

A promoção de uma descolonização do currículo a partir da construção coletiva entre gestores, professores, estudantes e egressos é essencial para uma virada epistemológica da área, assim como para uma atualização curricular da formação docente que visibilize as discussões das relações étnico-raciais em suas relações com o corpo e o movimento. Para Gomes (2012), a descolonização do currículo implica conflitos, confrontos e negociações, pois a construção de algo novo busca a superação das perspectivas eurocêntricas e de conhecimento de mundo, a fim de atingir a emancipação dos sujeitos. Outra ideia defendida por Soares *et al* (1992) é a elaboração de um currículo ampliado. Posição que, também, se defende neste trabalho:

O currículo capaz de dar conta de uma reflexão pedagógica ampliada e comprometida com os interesses das camadas populares tem como eixo a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória. Isso vai exigir uma organização curricular em outros moldes, de forma a desenvolver uma outra lógica sobre a realidade, a lógica dialética, com a qual o aluno seja capaz de fazer uma outra leitura (SOARES *et al*, 1992, p. 28).

Para que a construção de novos currículos, descolonizados, tomem rumo, é necessário o entrelaçamento entre saberes populares, sociais, culturais e científicos em prol de arraigar uma nova construção curricular que promova de maneira assertiva uma maior fundamentação teórica acerca dos assuntos dessa temática, antes julgada como desnecessária, e passe a ser inserida em espaços que outrora lhes foram negados.

Propõe-se o desenvolvimento de um pensar e fazer pedagógico docente mais plurais, que considere a legislação que versa sobre as discussões étnico-raciais, tanto na formação docente quanto na educação básica, que insira essas discussões e saberes nas construções curriculares. O professor deve estimular e inspirar ideias sobre o que se encontra para além: da sala de aula, dos muros da escola e da sua casa. Conseguindo, assim, revelar a realidade na qual o educando está inserido e por quais dificuldades ele circula, dada a sua situação

financeira, social, racial, étnica, de gênero e outros. A avaliação sobre sua própria prática pedagógica torna-se fundamental para superar equívocos e deficiências curriculares.

Considerações finais

Apesar de viger farto arcabouço legal que favorece o debate dos conteúdos étnico-raciais nos cursos de formação de professores e, neste caso também, no curso Licenciatura em Educação Física da UFPI, conclui-se que o espaço ocupado por essas discussões se encontra enraizado na invisibilidade, pois se percebe avanços ainda tímidos no sentido de uma curricularização que notabilize essa temática.

Também, identifica-se que esses conteúdos chegam de forma superficial nos currículos brasileiros, assim não conseguindo firmar bases sólidas para avançar nas produções científico-culturais. No entanto, pontua-se a necessidade de um esforço conjunto da sociedade civil no sentido de alterar esse quadro por meio de uma superação coletiva.

Observa-se a sensível ausência de embasamento referencial teórico e bibliográfico por parte dos documentos analisados (PPC 4, PPC 5 e planos de disciplinas). Esta constatação permitiu concluir que há uma dificuldade em inserir conteúdos étnico-raciais por parte dos professores, dado o grande hiato que essas discussões tiveram nos espaços de formação analisados. Por isso, a formação continuada ainda tem sido uma alternativa para superar a falta de previsão desses conteúdos e para que os docentes possam superar as lacunas que negligenciam essas discussões, tanto na Educação Básica quanto no ensino superior.

Por um momento, percebeu-se uma evolução no sentido da abordagem dos conteúdos étnico-raciais na construção curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI, porém, ainda se observam ausências (não ditas) marcantes no trato dessa temática. Ausências que podem ter sido ocasionadas por inobservância aos ementários ou por preconceito com a temática, gerado pela resistência à inserção desses temas em currículos e práticas. Assim, conclui-se no sentido de haver um desequilíbrio curricular que acontece por meio da resistência a práticas docentes descolonizadoras, aquelas que resistem e valorizam os conhecimentos e saberes formulados por movimentos sociais, tradicionais e/ou historicamente não hegemônicos.

A inserção de temas étnico-raciais, em sua grande parte, está ligada à cultura negra, pois na academia é o que se encontra como maior contribuição sobre o tema. Ademais, os conteúdos indígenas continuam subalternizados dentro da própria temática e suas ausências

são observadas fortemente durante as análises dos currículos. Esta condição leva a um panorama de desinformação sobre os povos indígenas que habitam no território nacional e, assim, proporcionam uma visão midiática e folclorizada acerca desse grupo étnico.

Nesta seara conclusiva, aproveita-se para externar a esperança de que o referido estudo possa contribuir como conhecimento científico dessa temática na busca da identificação dos espaços das discussões étnico-raciais dentro dos currículos e práticas docentes dos cursos de formação em Educação Física. As discussões sobre o tema ainda são muito tímidas, contudo, identifica-se avanços, retrocessos e a continuidade histórica da invisibilidade temática durante as análises deste trabalho.

A percepção de currículos e práticas pedagógicas e conteudistas ainda perduram dentro da área. Os profissionais que se formam a partir desses currículos ainda precisam ser instigados a fazer uma formação continuada mais crítica e reflexiva sobre a Educação Física e seus campos de influência social. Os docentes, em maioria, encontram-se fora do processo de renovação curricular da Educação Física no qual esse estudo se referencia e, por fim, os currículos ainda perpetuam práticas desatualizadas, favorecendo a visão eurocêntrica do fazer pedagógico da Educação Física.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 10/1/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Publicada no D.O.U. de 11/03/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. CNE/CP 3/2004. Parecer nº 3/2004 de 10 de março de 2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curricul

[ares nacionais para a educacao das relacoes etnico raciais e para o ensino de historia e cultura afro brasileira e africana.pdf](#). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. CNE/ CP 2/2015. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica**: publicado no D.O.U. de 25/6/2015, Seção 1, Pág. 13. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/parecer_cne_cp_2_2015_aprovado_9_junho_2015.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: educação física / Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CARLOS, Mayara Cazadini *et al.* Educação Étnico-Racial sob a Perspectiva da Transversalidade. **Revista Brasileira de Educação e Cultura| RBEC| ISSN 2237-3098**, n. 20, p. 71-83, 2019.

CROCETTA, Renata Righetto Jung. **As relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de licenciatura em educação física das instituições de ensino superior do sistema ACADE**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão-SC, 2014.

DARIDO, Suraya Cristina *et al.* A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. **Revista Paulista de Educação Física, São Paulo**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2001.

EUGENIO, Benedito Gonçalves; SANTANA, Fabiana. Relações étnico-raciais e o trabalho com a Lei 10.639/03: análise de uma experiência com formação docente. **Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 1, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos da escola**, v. 2, n. 2/3, 2008.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

_____. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes Limitada, 2019.

HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia França; ROSSI, Fernanda. Formação acadêmica em Educação Física: perfis profissionais, objetivos e fluxos curriculares. **Motriz. Journal of Physical Education**. UNESP, p. 170-180, 2010.

MENDONÇA, Giuliano Pablo Almeida; FREIRE, Elisabete dos Santos; MIRANDA, Maria de Jesus Luiza. Relações étnico-raciais e Educação Física escolar: uma revisão integrativa de teses e dissertações. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-20, 2020.

MESSIAS, Andressa Rodrigues *et al.* **A formação inicial em educação física na UFSM: a lei 10.639/03 em uma abordagem intercultural**. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Maria-RS, 2019.

OLIVEIRA, Iolanda de. Os 10 anos da Lei 10.639/2003 e a Educação. [Entrevista concedida a] Maria Alice Rezende Gonçalves e Elielma Ayres Machado. **Revista Teias**, v. 14 n. 34, p. 191-196, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24356/17334>. Acesso em: 10 out. 2021.

POMIN, Fabiana; CAFÉ, Lucas Santos. Educação para as relações étnico-raciais na educação física para além da capoeira. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-23, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2**. ED. Editora Feevale, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2007.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 21-37, 2014.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 2012.